

Antônio Carlos rejeita Conselho

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A criação do Conselho Nacional de Comunicação contraria toda a política de comunicação, e no modelo proposto pela deputada Cristina Tavares (PMDB-PE) não existe em nenhum lugar do mundo — afirmou ontem o ministro das Comunicações, em depoimento à Comissão da Família, Educação e Cultura, da Assembléia Nacional Constituinte. Apesar de não ser favorável à criação de uma comissão desse tipo, Antônio Carlos Magalhães não condenou a decisão de que a concessão de emissores de rádio e televisão seja feita com aprovação do Congresso. Em sua opinião, "isso dará uma força enorme ao Congresso".

No entender do relator da comissão, deputado Artur da Távola (PMDB-RJ), que concluirá seu relatório no final desta semana, a idéia de criar o conselho "não é em si desprezível", e se essa proposta não passar na votação, vai insistir para que a política de concessões tenha decisão ad referendum do Congresso Nacional. "Concessão é coisa séria" — por isso, Távola deu indícios de que seu substitutivo colocará novamente em discussão e criação de um conselho composto por todas as partes envolvidas na questão, para definir a política de concessão. O deputado destacou que seu relatório será "progressista" e que não se deixará influenciar por lobbies.

TENSÃO

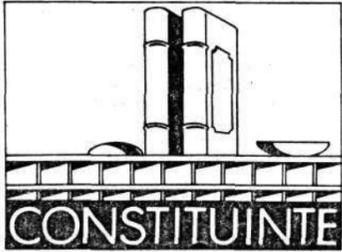
O depoimento do ministro das Comunicações durou mais de quatro horas, sob um clima muitas vezes tenso e de severas críticas. Um desses momentos ocorreu quando o deputado Joaci Goes (PMDB-BA) disse ao ministro: "Pelos crimes que tem cometido no País, não deveria estar num ministério, mas sim numa cadeia". E recebeu esta resposta: "Quem me odeia é escravo meu, pois não consigo se desvincular de minha pessoa". O ministro ainda disse, que "provocação se deve ser aceita quando o provocante merecer; não é o caso", completando que as acusações do deputado eram uma leviandade e exclamando: "Oh! Deus, perdai-os".

Ao intervir, o deputado Artur da Távola pediu ao ministro que suspendesse a política de concessões de canais de televisão e rádio enquanto a Constituinte estiver deliberando sobre o assunto. O ministro contrariou: "O relator é tão eficiente que

já vem fazendo proselitismo antes mesmo de escrever seu relatório. Não me parece adequado que a Assembléia Nacional Constituinte queira descumprir a Constituição em vigor, suspendendo as concessões. Por isso, cabe a você mudar a constituição e não a mim descumprir uma determinação".

O ministro das Comunicações afirmou que ao assumir o Ministério suspendeu as concessões que não eram adequadas; algumas vêm sendo renovadas e outras estão sendo estudadas caso a caso, para impedir o monopólio de canais. Apesar disso, considera necessário que sejam concedidos mais canais, pois ainda há muitas áreas vazias. Em 1983 foram dadas 79 concessões, sendo 26 de ondas médias, 49 de frequência modulada e 5 de TV; em 1984 foram 111: 40 de OM, 59 de FM e 12 de TV; em 1985, 135: 47 de OM, 66 de FM e 14 de TV; em 1986 foram 155, sendo 50 de OM, 91 de FM e 14 de TV. Neste ano foram dadas 63 concessões, sendo 14 de OM, 45 de FM e 4 de TV. Segundo Antônio Carlos Magalhães, em 1986 foram pleiteadas 237 concessões.

Durante os debates, o líder do PDT, deputado Brandão Monteiro, convocou o ministro a depor sobre o caso NEC. O líder acusou o Ministério das Comunicações de ter favorecido o presidente das Organizações Globo, Roberto Marinho, que ganhou a concorrência do controle acionário da empresa. Além dessa acusação, o deputado do PDT perguntou se o Ministério era o responsável "pela censura que a Radiobrás vem fazendo, tirando do ar jornalistas como Carlos Chagas". O ministro respondeu que a censura não pertence ao Ministério das Comunicações, destacando que "a Radiobrás, sendo emissora do governo, tem de levar ao ar e prestigiar a ação do governo. Se na iniciativa privada existe isso, por que uma emissora estatal não pode fazer uma ampla propaganda daquelas que apóiam o governo?".



Alencar Monteiro

Antônio Carlos se espanta com relatório de Cristina

Comércio repele a reserva de mercado

"A reserva de mercado é a negação da essência do capitalismo." Desta forma a Confederação das Associações Comerciais do Brasil contestou a proposta da Subcomissão que examinou a reserva de mercado, segundo a qual a lei estabelecerá reserva de mercado interno, tendo em vista o desenvolvimento econômico e a autonomia tecnológica e cultural da Nação. A CACB também defendeu a manutenção do atual sistema de concessões de rádio e tevê, a duração da jornada de trabalho não excedente a 48 horas e o direito de greve nas atividades não essenciais.

Em vez da participação nos lucros ou no faturamento da empresa — como fixou a Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e dos Servidores Públicos — a entidade defende a "integração na vida e no desenvolvimento da empresa". Também rejeitou a proposta de aposentadoria com proventos iguais à maior remuneração dos últimos 12 meses, aos 30 anos para o homem, fixando-se na "aposentadoria com salário compatível". Também trocou a garantia de

atendimento em creches e pré-escolas para criança até seis anos, pela implantação de creches para crianças até um ano de idade. E defendeu o fortalecimento do processo democrático pela impossibilidade do Poder Executivo emitir decretos-leis.

Para a Confederação das Associações Comerciais do Brasil, a atividade econômica deve ser livre e da competência da iniciativa privada, em todas as modalidades, e com a garantia do direito de propriedade e da sucessão hereditária. Ela rechaça a intervenção complementar do Estado na economia, "salvo expressa autorização legislativa, caso a caso, por lei complementar".

Quanto às desapropriações por interesse público, que não se destinam para fins de reforma agrária, a confederação diz que "serão sempre precedidas de prévia e justa indenização em dinheiro, vedando-se ao desapropriante a imissão na posse dos bens desapropriados, até que seja efetivada a aludida indenização, fixada pelo juiz competente".

Sistematização ouvirá Bresser sobre a crise

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte decidiu ontem, com apenas cinco votos contrários, convidar o ministro Bresser Pereira, da Fazenda, para exposição que aponte subsídios para uma solução constitucional relativa ao sistema financeiro e tributário e, especialmente, para ser interpellado sobre os problemas do País, em particular os relativos à seca do Nordeste, à crise das microempresas e aos problemas econômicos nacionais. A data do depoimento ainda será definida.

A proposta, formulada durante a reunião da Comissão pelo constituinte Raimundo Bezerra, recebeu o apoio de outros constituintes, embora alguns, como o deputado Ademir Andrade, tivessem alegado a conveniência de o ministro ser convocado para falar ao plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

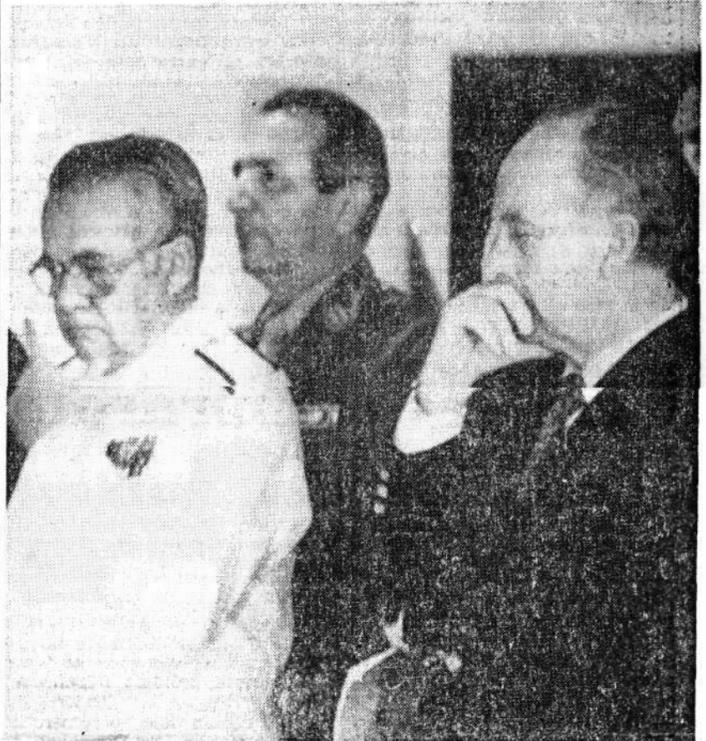
Depois de ouvir as observações de diversos constituintes, o relator da Comissão, deputado Bernardo Cabral, considerou oportuno o momento, apoiando o convite a Bresser Pereira. Observou, porém, que a iniciativa do convite deverá partir de um telefonema do presidente da Co-

missão e só em caso de recusa seria formalizado requerimento de convocação do ministro para comparecer ao plenário da Constituinte.

SOLUÇÕES

Cabral quer que o ministro da Fazenda exponha perante a comissão as soluções para os problemas da atualidade econômica brasileira, destacando que esse depoimento, de preferência, deva ser acertado para uma data anterior ao dia 15, quando serão recebidos os anteprojetos das Comissões Temáticas. Como explicou, é provável que esses anteprojetos totalizem mais de mil dispositivos, o que dá uma idéia do "trabalho árduo e hercúleo" a ser desenvolvido a partir do dia 16, com o exame, não só desses anteprojetos, mas também das emendas.

Durante o debate em torno da proposta para o convite ao ministro, o constituinte Siqueira Campos (PDC-GO) alertou o plenário para os riscos de agravamento do atual quadro brasileiro. "Estamos caminhando para o caos: as microempresas estão quebradas, o desemprego aumenta e os retirantes nordestinos já são numerosos, o que cria um quadro preocupante e que exige uma saída."



Júlio Fernandes

Bresser irá à Sistematização, para tentar evitar o caos

Estabilidade no emprego é mantida com ressalvas

A estabilidade no emprego a partir da contratação foi mantida no relatório da Comissão da Ordem Social mas considerando exceções, nos casos de cometimento de falta grave comprovada judicialmente; nos contratos não superiores a dois anos de serviço cuja natureza ou transitoriedade justifique a predeterminação do prazo, de atividade empresarial de caráter transitório ou contrato de trabalho que não exceda a 90 dias. Também não se garante a estabilidade nos contratos para serviços de natureza não econômica a pessoa e a família.

Estas modificações feitas pelo relator Almir Gabriel atendeu a dezenas de emendas apresentadas à comissão por constituintes contrários ao que ficou estabelecido no anteprojeto da Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores, Servidores Públicos. Nas justificativas apresentadas os parlamentares alertaram que a medida poderia gerar caos para a economia do País. O relator optou pela supressão de outra proposta po-

lêmica: a de que as vantagens recebidas, pelos servidores públicos não poderiam ser superiores a 50% de sua remuneração — medida que procurava atingir os altos salários dos "marajás", mas que foi contestada pela maioria da comissão, já que iria prejudicar a grande massa dos servidores.

O relator da Subcomissão dos Negros, Índios, Deficientes e Míseros, Alcei Guerra (PFL/PR), disse que o parecer manteve em quase sua totalidade as propostas do anteprojeto. A sua única preocupação é com a questão da exploração de minérios em áreas indígenas: o anteprojeto fixava que caberia ao Congresso Nacional estabelecer, caso a caso, um percentual do total da produção para as empresas responsáveis por este trabalho. O relator optou por fixar um valor único: não menos de 50% do valor do produto comercializado para a execução da política indígenista, ficando o restante destinado à empresa de mineração.

Presidente pede trégua de 90 dias a moderados

AGÊNCIA ESTADO

O presidente José Sarney pediu uma trégua de 90 dias aos moderados do PMDB, que reclamaram da incômoda posição de terem de apoiar o governo federal, revelou ontem um dos parlamentares presentes ao jantar de terça-feira que Sarney ofereceu aos coordenadores de bancadas federais. As principais cobranças dos coordenadores de bancada, segundo a fonte, foram a volta da credibilidade do governo e o cumprimento das promessas oficiais. Sarney reconheceu que não tem controle sobre o governo, mas anunciou que, dentro de 90 dias, estará instalando no Planalto um sistema de computação, com capacidade para centralizar todas as informações do governo, para se tentar estabelecer este controle. Também prometeu que no mesmo prazo a situação econômica do País será outra, uma vez que na próxima semana serão implantadas novas medidas para a área financeira.

Na reunião que teve com a bancada do Paraná, contou a fonte, Sarney ouviu muitas reclamações dos integrantes do chamado centro democrático. Eles disseram que é alto o ônus de apoiar o governo e os cinco anos de mandato, principalmente pela falta de credibilidade das promessas governamentais, como, por exemplo, o costume semanal do ministro Bresser Pereira de anunciar um plano para 30 dias depois. E mais: Sarney ouviu que o prazo do seu mandato será definido de acordo com a capacidade do governo de sair da crise atual. Quer dizer, se no final de setembro, prazo previsto para a votação do assunto na Constituinte, a situação do País continuar ruim, o mandato presidencial será reduzido.

Sarney fez questão de deixar claro que fez o discurso defendendo o mandato de cinco anos com a anuência de Ulysses Guimarães e Aureliano Chaves. E reclamou da falta de agilidade da máquina administrativa, alegando que os sistemas de controle do governo foram estabelecidos no período autoritário.

O plano para a economia, segundo adiantou, estará em execução dentro de 30 dias — outro prazo que Sarney pediu para continuar tendo o apoio dos moderados. O plano prevê, basicamente, o aumento das tarifas públicas para, conforme afirmou, possibilitar investimentos por parte do Estado. O presidente espera, também, que a reunião das grandes potências em Veneza discuta o problema dos grandes devedores. As primeiras medidas econômicas vão beneficiar os microempresários e os agricultores.

"PMDB INDEPENDENTE"

Por sua vez, o senador Afonso Camargo manifestou-se ontem entusiasmado com a convenção alternativa do PMDB, o I Encontro de Bases do PMDB, marcado para dia 27. Se não for referendada pelo partido, adiantou o senador, a convenção terá o nome de I Encontro das Bases do PMDB Independente. "Existem dois partidos: o PMDB que se afasta do governo para se identificar com a opinião pública, e o que segue com o governo, perdendo de vista a população" — admitiu Camargo, que se identifica com a primeira corrente. E acrescentou que não está preocupado com o número de militantes do partido que estarão no encontro, "mas com a oportunidade aberta para eles irem. As bases vão falar alto e o PMDB não continuará como um partido de composição de cúpula".

Lourenço e Covas tentam entender-se

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Os líderes do PMDB e do PFL na Assembléia Nacional Constituinte, senador Mário Covas e deputado José Lourenço, marcaram encontro para a próxima semana, durante o jantar de anteontem na Granja do Torto, oferecido pelo presidente José Sarney. Eles pretendem discutir os trabalhos de elaboração da nova Constituição.

"Vamos conversar, logo que os relatores apresentem seus relatórios, para ver onde existem pontos de convergência, para que vejamos onde ele pode ceder aqui, nós ali adiante" — informou o deputado da Bahia, Laconico, José Lourenço não quis apontar as comissões que deverão suscitar maiores problemas. "Talvez nas de natureza econômica e social seja mais difícil a convergência."

PRÓ-PARTIDO

Preocupados com a falta de cumprimento do programa do PMDB nos trabalhos da Constituinte e em firmar posição diante da situação de "desgoverno" na administração José Sarney, integrantes do antigo grupo Pró-Partido do PMDB, de centro, reuniram-se ontem à noite na residência do deputado Raul Ferraz, da Bahia.

O grupo Pró-Partido chegou a ser integrado por 34 peemedebistas na época em que houve disputa pela formação do diretório nacional, há três anos. Naquela ocasião, o PMDB dividiu-se em três grupos: Unidade, Pró-Partido e Travessia. A idéia desses peemedebistas, segundo Raul Ferraz, é reavivar o Pró-Partido para lutar pelo cumprimento dos pontos programáticos do PMDB, nas comissões e no plenário da Constituinte.

Sarney obriga a transmissão da "Conversa"

Todas as emissoras de rádio foram obrigadas pela Presidência da República a transmitir hoje, às 6 horas, o programa "Conversa ao Pé do Rádio", do presidente José Sarney, divulgado todas as sextas-feiras, sem a obrigatoriedade de cadeia oficial. O presidente resolveu tornar obrigatória a transmissão de hoje para fazer uma experiência na tentativa do governo de ocupar mais espaço nos meios de comunicação.

Ao anunciar a decisão do governo, ontem, que compensará a transmissão no horário gratuito da Presidência da República, o porta-voz, Antônio Frota Neto, não garantiu se a obrigatoriedade será mantida, mas não descartou a possibilidade de a medida ser adotada outras vezes. Segundo assessores do presidente, no programa de hoje ele relatará a reunião ministerial realizada terça-feira e destacará que serão adotadas medidas de apoio às microempresas e às exportações, insistindo na decisão de não estabelecer a recessão no País.

O presidente Sarney também falou sobre o problema da seca do Nordeste, sobre a posse, ontem, de Marcos Freire, como ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário.

Entretanto, não diz quem será o sucessor de Freire na Caixa Econômica Federal. Por último, fará referência à viagem que realiza hoje ao projeto Calha-Norte, para ocupação da fronteira amazônica.